
***Private Equity
Holding VII -
Omega S.A.***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Private Equity Holding VII - Omega S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Private Equity Holding VII - Omega S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Private Equity Holding VII - Omega S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Private Equity Holding VII - Omega S.A. e do Private Equity Holding VII - Omega S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de março de 2023, sem ressalvas.



Private Equity Holding VII - Omega S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas




Private Equity Holding VII - Omega S.A.

divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de julho de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.287	3.596	449.950
Contas a receber de clientes	7	-	-	285.435
Estoques	8	-	-	386.138
Impostos a recuperar	9	725	15	23.793
Outros créditos e direitos	10	111	18	66.407
Total do Ativo Circulante		11.123	3.629	1.211.723
Ativo Não Circulante				
Depósitos judiciais		-	-	15.348
Títulos e valores mobiliários		-	-	23.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	31.303
Investimentos	11	1.362.699	-	83
Intangível	12	-	-	789.131
Imobilizado	13	37	-	827.251
Ativos de direito de uso	14	-	-	568.172
Total do Ativo Não Circulante		1.362.736	-	2.255.234
Total do Ativo		1.373.859	3.629	3.466.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Passivo

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Passivo Circulante				
Fornecedores	15	162	2.715	475.356
Debêntures	16	-	-	204.982
Aquisição de investimento CP	17	228.064	-	228.064
Empréstimos e financiamentos CP	18	-	-	85.219
Obrigações trabalhistas	19	6.763	133	43.687
Obrigações tributárias	20	754	79	36.614
Partes relacionadas	21	-	-	4.943
Passivos de Arrendamentos CP	14	-	-	14.371
Outros passivos CP	22	-	-	63.748
Total do Passivo Circulante		235.743	2.927	1.156.984
Aquisição de investimento LP	17	495.154	-	495.154
Empréstimos e financiamentos LP	18	-	-	196.192
Obrigações tributárias LP	20	-	-	10.571
Passivos de Arrendamentos LP	14	-	-	608.692
Provisão para contingências	23	-	-	20.808
Total do Passivo não Circulante		495.154	-	1.331.417
Patrimônio líquido				
Capital Social	24	673.782	6.172	673.782
Prejuízos acumulados		(30.820)	(5.470)	(30.820)
Total Patrimônio Líquido controlador		642.962	702	642.962
Participação de não controladores				335.594
Total Patrimônio Líquido				978.556
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.373.859	3.629	3.466.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Receita				
Receita de prestação de serviços	25	-	-	406.004
Custo de mercadorias para revenda		-	-	(322.514)
Lucro bruto		-	-	83.490
Despesas Operacionais				
Despesas gerais e administrativas	26	(34.143)	(5.561)	(89.197)
Despesas tributárias	-	(279)	(11)	(279)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	27	-	-	6.754
Resultado de equivalência patrimonial	11	13.405	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(21.017)	(5.572)	770
Receitas financeiras	28	3.223	103	7.578
Despesas financeiras	28	(7.556)	(1)	(19.527)
Resultado financeiro líquido		(4.333)	102	(11.949)
Resultado antes dos impostos		(25.350)	(5.470)	(11.181)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	-	-	(7.732)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	-	-	2.498
Resultado do exercício		(25.350)	(5.470)	(16.415)
Resultado por ação	24	(0,29)	(3,94)	0,13
Lucro atribuído ao:				
Controlador		-	-	(25.350)
Não Controladores		-	-	8.936
Resultado do exercício		(25.350)	(5.470)	(16.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Demonstração do resultado do exercício abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Resultado do exercício	(25.350)	(5.470)	(16.415)
Resultado Abrangente Total	(25.350)	(5.470)	(16.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Atribuível aos controladores			Total não controladores	Total
	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total Controladores		
Em 04 de maio de 2022 (data da constituição)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital 06/10/22	3.372	-	3.372	-	3.372
Aumento de Capital 15/12/22	2.800	-	2.800	-	2.800
Prejuízo do período	-	(5.470)	(5.470)	-	(5.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.172	(5.470)	702	-	702
Aumento de Capital 03/02/23	9.230	-	9.230	-	9.230
Aumento de Capital 31/07/23	3.580	-	3.580	-	3.580
Aumento de Capital 23/11/23	654.800	-	654.800	-	654.800
Resultado do período	-	(25.350)	(25.350)	8.935	(16.415)
Participação - Não controlador				326.659	326.659
Saldos em 31 de dezembro de 2023	673.782	(30.820)	642.962	335.594	978.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do Imposto de renda e da Contribuição Social	(25.350)	(5.470)	(11.181)
Depreciação e Amortização	12/13 707	-	6.875
Depreciação dos ativos de direito de uso	14 -	-	2.366
Juros incorridos sobre passivos de arrendamento	14 -	-	4.799
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	28 7.528	-	12.853
Resultado de equivalência patrimonial	11 (13.405)	-	36
Outros ajustes sem efeito caixa	-	-	5.149
Encerramento de direito de uso IFRS 16	-	-	-
Provisão (Reversão) para contingências	23 -	-	159
Provisão (Reversão) para perda de estoques	8 -	-	1.983
Resultado do exercício Ajustado	(30.520)	(5.470)	23.039
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais			
Títulos e valores mobiliários	-	-	(201)
Contas a receber	-	-	(59.516)
Estoques	-	-	6.927
Depósitos judiciais	-	-	(5)
Adiantamentos diversos	-	(18)	-
Impostos a recuperar	(710)	(15)	393
Outros créditos e direitos	(95)	-	(3.010)
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais			
Fornecedores	(2.551)	2.715	54.001
Impostos e contribuições a recolher	-	79	-
Obrigações trabalhistas	6.631	133	(8.230)
Obrigações tributárias	676	-	5.315
Provisão para contingência	-	-	110
Partes relacionadas	-	-	(4)
Outros passivos	-	-	(3.142)
Caixa líquido proveniente das operações	(26.569)	(2.576)	15.677
Juros pagos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	-	(9.929)
Juros pagos partes relacionadas	-	-	(49.971)
Juros pagos dos passivos de arrendamento	-	-	(4.799)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	(2.576)	(64.699)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa adquirido na combinação de negócio	-	-	25.071
Adição de investimentos	(634.312)	-	-
Aquisição de Imobilizado	(38)	-	(21.306)
Caixa provenientes das atividades de investimento	(634.349)	(2.576)	3.765
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
<i>Empréstimos e financiamentos</i>			
Amortização do principal	-	-	(16.625)
<i>Partes relacionadas</i>			
Amortização do principal	-	-	(158.280)
Amortização de principal dos passivos de arrendamento	-	-	(1.094)
Aumento de Capital	667.610	6.172	667.610
Caixa proveniente das atividades de financiamento	667.610	3.596	491.611
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido	6.691	3.596	446.354
No início do exercício	3.596	-	3.596
No fim do exercício	10.287	3.596	449.950
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	6.691	3.596	446.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Private Equity Holding VII – Omega S.A. (“Omega” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022, e está localizada na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, conj. 101 parte 12, Brooklin Paulista – São Paulo/SP. A Omega tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

Desde 30 de novembro de 2023 a Companhia é controladora direta da Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. (“Atakarejo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de dezembro de 1993, com sede em Salvador, Estado da Bahia. Atakarejo atua no segmento de atacado de autosserviço do ramo alimentar, mercado no qual as operações de atacado ganham características de varejo, também conhecido popularmente como atacarejo e tem público-alvo comerciantes de gêneros alimentícios e consumidores em geral.

Atakarejo comercializa mais de 14.000 itens (não auditado), e oferece aos seus clientes serviços de padaria, confeitaria, açougue, balcão de salgados e fatiados, em uma rede de 30 lojas, sob a bandeira Atakadão Atakarejo, sendo 2 destas inauguradas no ano de 2023, nas cidades de Jequié e Vera Cruz. A Companhia também dispõe de 2 centros de distribuição localizados em Simões Filho, Bahia, como parte da sua estratégia de abastecimento de sua rede de lojas.

Em maio de 2023 o Atakarejo iniciou a operação do Cartão Atakarejo em conjunto com o parceiro financeiro Bradescard. O Acordo Operacional entre as partes alia o acesso a base de clientes do Atakarejo e a expertise financeira da Organização Bradesco na oferta de um cartão co-branded de bandeira internacional e com diferenciais competitivos em relação a produtos similares de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de cartões ativos alcançou 38.944 (não auditado) e as vendas no cartão Atakarejo representaram pouco mais de 2% (não auditado) do total das vendas do mês de dezembro/2023.

(a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Está previsto um período de transição entre 2026 e 2032, quando os dois sistemas tributários – atual e novo modelo – coexistirão e, neste período, o governo poderá testar e calibrar a carga tributária da CBS e IBS, bem como endereçar possíveis efeitos de migração de um modelo para o outro. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Considerando o exposto, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação das informações contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo quando mencionado em contrário.

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de julho de 2024.

b. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de sua controlada direta, encerrada na mesma data-base, sendo consistentes com as políticas contábeis descritas nos tópicos 3.

A controlada foi consolidada integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e da empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	Tipo de controle	Participação 2023
Atakarejo	Controlada Direta	60%

c. Combinação de negócios

Os valores dos investimentos considerados para combinações de negócio, foram as seguintes:

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. adquirida em 30 de novembro de 2023
Em 30 de novembro de 2023 a Companhia realizou investimento de forma a deter 60% das ações do Atakarejo.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

O investimento se deu com base em (a) contrato de subscrição de ações e outras avenças firmado em 27 de setembro de 2023 entre a Private Equity Holding VII – Omega S.A (Omega) e os acionistas pessoas físicas (Acionistas Originais) do Atakarejo, (b) no primeiro aditamento deste contrato emitido em 30 de novembro de 2023 e (c) na respectiva Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de novembro de 2023. Nesta data, foi efetuado aumento do capital social do Atakarejo no montante de R\$ 1.350 milhões pela Omega, com emissão pelo Atakarejo de 146.568.833 ações ordinárias, correspondentes a 60% do capital social, sendo R\$ 634 milhões integralizados em 30 de novembro de 2023 e o restante, R\$ 715,7 milhões, a ser integralizado no período de 2024 a 2027, atualizado com base na variação do CDI + 2% a.a. Estas obrigações de aportes futuros foram contabilizadas pela Ômega em contas de passivo circulante e não circulante, conforme o cronograma. As atualizações mensais das obrigações de aportar são contabilizadas como despesas financeiras a crédito das respectivas contas de passivo.

Do montante do aumento de capital, R\$124 milhões foram destinados ao capital social e o restante destinado a reserva de capital por ágio na emissão de ações.

A participação da Omega no Atakarejo está sujeita a modificações de acordo com o Contrato de subscrição firmado entre os acionistas da Omega e os Acionistas Originais do Atakarejo, em decorrência de direito de exercício de bônus de subscrição subordinado a apuração de valor de ajuste com base na situação econômico-financeira da Companhia apurada na data-base de 30 de novembro de 2023. Tal apuração encontra-se em andamento, com conclusão prevista para o mês de agosto de 2024.

Foi elaborado laudo por especialista independente, utilizando como base as demonstrações financeiras da adquirida na data da aquisição para determinar a alocação do preço de compra.

A operação de subscrição de ações na Atakarejo pela Omega foi registrada no grupo de contas de investimentos no ativo não circulante pelo valor da sua aquisição (R\$1.350 milhões) de forma segregada, para fins de controle e evidenciação, com as seguintes contas:

- a)** Valor contábil do investimento: com o valor proporcional ao percentual de participação sobre o patrimônio líquido com aporte inicial;
- b)** Mais valia de ativos e intangíveis adquiridos em contas específicas e individuais: marca, acordo de não competição, mais valia do imobilizado, contrato Bradescard;
- c)** Contas retificadoras e individuais de amortização dos referidos ativos intangíveis;
- d)** Passivos assumidos, líquidos do ativo da indenização correspondente, ambos em contas específicas: passivos contingentes de R\$53 milhões, líquido do ativo de indenização de igual valor e, portanto, com saldo zero;
- e)** Ágio: Excedente do valor da subscrição de R\$1.350 milhões em relação ao somatório dos Itens A a D.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Os valores justos identificáveis adquiridos (participação de 60%) são os seguintes:

Data da obtenção do controle	30/11/2023
Percentual adquirido	60%
Investimentos - Valor contábil	490
Investimentos – Marca	183
Investimentos - Mais Valia Imobilizado	74
Investimentos - Contrato Bradescard	27
Investimentos - Acordo de Não Competição	7
Investimentos - Passivos contingentes	(53)
Investimentos - Ativo de indenização	53
Investimentos – Ágio	569
Investimento Total	1.350

d. Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

e. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Omega é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

3. Descrição das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

a. Base para Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método da aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data da aquisição, em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por:

Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e CPC 33 - Benefícios a Empregados, respectivamente.

Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordo de pagamento baseados em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida, são mensurados de acordo com a CPC 10 - R1 - Pagamentos Baseados em Ações, na data da aquisição.

Ativos classificados como mantidos para venda conforme CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver) sobre os valores líquidos na data da aquisição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho por compra vantajosa. Quando a contraprestação transferida em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, essa contraprestação é mensurada pelo valor justo na data da aquisição e incluída no valor da contraprestação transferida.

As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com reflexos na apuração do ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (não superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do “período de mensuração” depende da forma de classificação da contraprestação contingente.

A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Nas combinações de negócios realizadas em etapas, a participação anteriormente detida na entidade adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecido em “outros resultados abrangentes”, são reclassificados no resultado, na mesma medida em que esse tratamento seja adequado, caso essa participação tivesse sido alienada. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o “período de mensuração” ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

b. Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável anualmente alocando-o a cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo na alienação. Os ágios resultantes das aquisições são atribuídos às sinergias esperadas na integração das entidades aos negócios existentes da Companhia, bem como ampliação dos negócios do mercado endereçável da Companhia. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda mediante a incorporação da controlada no futuro, visto que as transações foram realizadas no Brasil e os laudos serão protocolados na Junta Comercial para

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

cumprimento dos requerimentos para dedutibilidade da despesa de amortização de ágio gerada nas transações. Nas informações financeiras consolidadas, os saldos dos ágios e ativos intangíveis são reclassificados e apresentados no saldo de ativo intangível. A unidade geradora de caixa adquirida pela companhia até 31/12/2023 e refletida nestas demonstrações é o Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

c. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos — reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo e os reflexos reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros não derivativos — mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos — reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Passivos financeiros não derivativos — reconhecimento, baixa e mensuração—Continuação

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, registradas pelo valor nominal dos títulos, que equivale de forma geral ao seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base na taxa efetiva de juros ajustados pelo impairment de contas a receber, quando aplicável.

f. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A administração da Companhia efetua a provisão com base no percentual médio apurado anualmente para as quebras registradas em seus estoques e identificadas por meio de inventários rotativos.

g. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos softwares de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como Despesas com vendas, gerais e administrativas, conforme incorridos. No ano de 2023 essas despesas representaram R\$ 5.632.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

h. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de depreciação acumulada ou amortização e de eventuais perdas de deterioração impairment, se aplicável, e inclui a capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos, relacionados com a construção de ativos qualificáveis. Essa capitalização ocorre até o momento em que os projetos estão prontos para o início de suas operações.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas considerando-se o menor período entre a vida útil dos ativos e os termos pactuados nos contratos de locação que tem perfil de longo prazo.

A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

A Companhia não aloca valor residual para seus ativos por entender que os valores residuais dos ativos são imateriais.

i. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras, exceto no caso de ágio cuja perda nunca é revertida.

j. Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O Ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamentos fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como Despesas com vendas, gerais e administrativas.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento devidos considerando o prazo remanescente dos contratos de arrendamento na data inicial de sua mensuração, ajustados usando-se a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa nominal equivalente a que o arrendatário incorreria caso viesse a captar recursos de terceiros para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, por prazo e com garantia semelhantes.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na lei nº 8.245 (lei do inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

A Companhia atua como arrendatária em contratos relacionados a imóveis (Terrenos e lojas físicas). Desde o ano de 2019, a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na contratação de um empréstimo são reconhecidos como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável a captação total, ou parcial, do empréstimo. Nesse caso, o custo é diferido até que a captação ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo, o custo é capitalizado como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras.

As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo.

l. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como parte integrante do passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As compras de mercadorias são contabilizadas pelo seu valor justo.

As verbas comerciais (“bonificações” ou “acordos comerciais”) recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registradas ao resultado quando os correspondentes estoques são recebidos nas Lojas.

As verbas comerciais podem ser relativas a volumes de compras, logísticas e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros.

A companhia não efetua operações de risco sacado com instituições financeiras.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

m. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (administrativa, civil, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, devidamente atualizadas para que reflitam adequadamente as melhores estimativas dos desembolsos futuros prováveis relacionados aos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas.

n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos ativos são reconhecidos somente quando há perspectiva de realização de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos ativos é avaliado anualmente considerando a perspectiva de realização futura.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

o. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Vendas de mercadorias

O Atakarejo opera com uma rede de lojas para comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando da efetiva transferência do controle da mercadoria ao cliente, ou seja, no momento da entrega do produto ao cliente (contraprestação da receita), que ocorre no momento da venda. Formato padrão do praticado no Varejo Nacional.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida: (i) conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros; ou (ii) conforme as movimentações dos valores justos dos ativos e passivos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(c) Receita financeira

As despesas relativas às taxas de administração nas vendas em cartões de crédito e débito são registradas na rubrica “Despesas com vendas, gerais e administrativas”.

Os custos das mercadorias revendidas são deduzidos das recomposições de custos recebidos dos fornecedores e dos impostos recuperáveis. As despesas com fretes, relacionados ao transporte de mercadorias até as lojas físicas, são incorporados ao custo.

Os créditos decorrentes das operações de bonificações e outras transações com fornecedores são registrados no resultado como redução do custo das mercadorias vendidas, conforme sua natureza, de acordo com a competência e mediante a existência de contratos e obrigações financeiras que fundamentam a realização futura dos créditos.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos valores de arrendamentos correspondentes aos aluguéis de lojas, que não se enquadram no CPC 06 (R2), em “Despesas com vendas, gerais e administrativas”.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis não coincidem aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para impairment de contas a receber

A provisão para impairment de contas a receber é estabelecida quando são identificadas perdas esperadas nos valores a receber pelo Atakarejo.

Não existe constituição de provisão para impairment de contas a receber para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito e débito, visto que o risco pela inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A empresa controlada Atakarejo dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradoras consideradas de “primeira linha”.

As provisões para impairment de contas a receber da controlada Atakarejo são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

- (i) Para os cheques devolvidos, mensalmente é realizada análise individual de forma a avaliar o comportamento dos títulos vencidos, e, a partir de 210 dias da data do vencimento é efetivada a baixa definitiva do cheque. Para fins de controle o CPF do cheque é mantido em histórico, de forma a evitar a venda para estes devedores.
- (ii) Para as bonificações a receber de fornecedores, a perda é provisionada e baixas são reconhecidas, nas hipóteses de eventuais dificuldades de realização.

(b) Provisão para perda nos estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor, líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e não excede o valor de mercado.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

As perdas nos estoques oriundas de quebras, furtos, ou roubos, vencimento do prazo de validade e outras, são registradas imediatamente quando são identificadas, e estimadas quando da realização dos inventários gerais, anualmente, tomando-se como base o resultado do último inventário efetuado, de forma que o percentual obtido de perdas apuradas no último inventário seja

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

aplicado mensalmente na conta de Provisão para Perdas nos Estoques. A cada novo inventário é feita a comparação entre o valor provisionado e a perda real, sendo a diferença lançada diretamente no resultado.

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas inventariadas nos anos anteriores e é considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas inventariadas nos anos anteriores e é considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

(c) Vida útil dos ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil de acordo com as taxas estabelecidas pela administração. No julgamento efetuado pela administração, concluiu-se que tais vidas úteis e taxas anuais refletem adequadamente o consumo dos ativos durante suas vidas econômicas.

As taxas anuais estão descritas a seguir:

	<u>Taxas</u>	<u>Anos</u>
Benfeitorias e edificações	4%	25
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	10
Móveis, utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Computadores e Periféricos	20%	5

(d) Contingências administrativas, cíveis, trabalhistas e tributárias

A administração da Companhia gerencia seu contencioso com assessoria legal especializada de primeira linha e as estimativas de suas exposições são feitas com base em critérios objetivos e padronizados. A Administração avalia todas as contingências e determina o montante provável de desembolso a ser provisionado regularmente em bases mensais, com o devido suporte da opinião dos escritórios contratados e sua equipe de advogados internos.

5. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo-se risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia considera a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos na conjuntura operacional da Companhia.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de instrumentos que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros de forma coordenada com as unidades operacionais da Companhia. A diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e Aplicações Financeiras.	Análise de sensibilidade	Projeção e análise de taxa de juros
Risco de crédito	Aplicações financeiras	Avaliação de risco de default	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de liquidez	Fornecedores e Empréstimos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Risco de mercado

i) Risco de taxa de juros

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais exposições a oscilações nas taxas de juros.

ii) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Em relação às contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, a Companhia mantém operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito e débito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras. 0,03% das vendas é recebida em cheques com prazo médio de recebimento de 90 dias. O risco de crédito para venda em cheques é minimizado pela expressiva pulverização das vendas por cliente e pela cobrança de juros diários no momento da venda a prazo. Os juros cobrados têm embutido um percentual para cobrir o risco de crédito e a remuneração financeira. A administração efetua o acompanhamento dos cheques devolvidos para ajustar periodicamente os juros diários. Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos, geralmente vinculados a operações de não revenda. Não há risco de crédito com fornecedores, uma vez que são descontados apenas pagamentos próprios, de mercadorias já entregues. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. Contas a receber de clientes por vendas de produtos

Contas a receber

A Companhia aplica a abordagem simplificada para provisão para impairment de contas a receber. Dessa forma, a provisão é estabelecida quando são identificadas perdas esperadas, considerando as evidências disponíveis e a frustração dos prazos de recebimento originalmente contratados.

Não existe constituição de provisão para impairment de contas a receber para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito, visto que o risco pela inadimplência é transferido automaticamente para as administradoras na efetivação da venda. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradoras consideradas de “primeira linha”.

As provisões para impairment de contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

iii) Risco de liquidez

A Companhia elabora e monitora sua previsão de fluxo de caixa continuamente a fim de garantir liquidez para atendimento de suas necessidades operacionais e cumprimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em depósitos bancários com vencimentos programados a fim de prover liquidez suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Conciliação	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores (i)	473.876				1.480	475.356
Empréstimos e financiamentos (ii)	85.219	34.652	108.583	52.956		281.411
Debentures	204.982					204.982
Partes relacionadas (iii)	4.943					4.943
Passivo de arrendamento (ii)	80.203	80.203	226.835	469.638	(233.816)	623.063
Aquisição do investimento	228.064	372.373	122.781			723.218

- i. Tendo em vista que os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, o valor apresentado na coluna de conciliação trata-se de ajuste a valor presente;
- ii. Os valores apresentados na coluna de conciliação tratam-se dos juros do período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.
- iii. Os empréstimos com partes relacionadas possuíam em 31 de dezembro de 2022 diferentes prazos para cumprimento de suas obrigações, dessa forma havia reconhecimento dos juros do período de capitalização dos juros até a datado balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2023, todos os empréstimos com partes relacionadas já tinham sido quitados.

iv) **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras e equivalentes de caixa vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados ao CDI e ao IPCA. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros em que o cenário base é construído com as medianas das expectativas do mercado (Relatório Focus).

Na data de encerramento do exercício findo, a Administração estimou cenários de variação no CDI e IPCA. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício findo e para o cenário provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado, considerando uma estimativa de impacto para um período de 12 meses.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Instrumento / operação	Risco	Saldo em 31/12/2023	Taxa	Cenário provável	Aumento Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações Financeiras	Baixa CDI	459.500	CDI (i)	43.710	54.638	65.565	32.783	21.855
Empréstimos CP	Alta IPCA	-32.533	IPCA	-1.256	-1.570	-1.884	-942	-628
Empréstimos CP	Alta CDI	-257.667	CDI (i)	-26.231	-32.788	-39.346	-19.673	-13.115
Exposição líquida		169.300		16.223	20.280	24.335	12.168	8.112

v) Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de seu ciclo de caixa operacional, de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, ou ainda reduzir, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, no nível de endividamento, considerando também os compromissos previstos nos contratos financeiros assinados. O índice de alavancagem financeira é definido pela dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

(i) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Controlada Atakarejo é emissora de debêntures ou tomadora de recursos em contratos de empréstimos e financiamentos e, no contexto de tais compromissos financeiros, está obrigada a cumprir com determinadas obrigações e restrições, financeiras e não financeiras, sob pena de vencimento antecipado das dívidas provenientes dos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil e com bancos comerciais e das 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia. A Controlada também é obrigada a cumprir com certas cláusulas financeiras usuais de mercado e todas elas, juntamente com seus *covenant ratios* foram atendidas no exercício de 2023.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Total dos empréstimos	723.218	-	1.209.611
Total dos empréstimos com Partes Relacionadas	-	-	-
Menos: caixa e equivalentes	(10.287)	(3.596)	(449.140)
Dívida líquida (A)	712.931	(3.596)	760.471
Total do patrimônio líquido	642.962	702	1.481.943
Total do capital (B)	673.782	6.172	1.560.302
Índice de alavancagem financeira - % (C=A/B)	106%	-58%	49%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Banco - conta movimento	129	13	14.396
Aplicações financeiras (i)	10.158	3.583	435.554
Total	10.287	3.596	449.950

- i) Aplicações financeiras em Fundos de Renda Fixa não exclusivos lastreados ao DI com rendimento de 100% do CDI. Possuem vencimentos originais com prazos menores que 90 dias e variação irrelevante no momento do resgate.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado
	31/12/2023
Cartões de crédito	284.738
Cheques (i)	697
	285.435

- (i) Referem-se aos cheques pré-datados com vencimentos em até 4 meses e cheques não liquidados.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A administração da Companhia não identificou valores materiais para a constituição de *impairment* de contas a receber.

	Consolidado
	31/12/2023
A vencer	284.739
Vencidos	
De um a três meses	10
De quatro a seis meses	686
	285.435

8. Estoques

	Consolidado
	31/12/2023
Estoque de mercadorias	392.290
Provisão para perdas nos estoques (i)	(6.152)
Saldo em 31 de dezembro	386.138

Provisão para perdas nos estoques

	Consolidado
	31/12/2023
Movimentação das perdas de estoques	
Saldo oriundo da combinação de negócios	(4.169)
Adições e baixas, líquidas (i)	(1.983)
Saldo final	(6.152)

(i) A administração do Atakarejo efetua a provisão para estimativa de perdas nos estoques com base no percentual médio apurado no inventário anual de cada loja. A controlada registrou uma provisão para perdas nos estoques, líquida de baixas e reversões, no valor de R\$ 1.069, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
IRRF S/ Aplic. Financeira	710	-	710
ICMS	-	-	13.688
Crédito s/ ativo imobilizado CIAP	-	-	6.842
Outros	15	15	2.553
Saldo final	725	15	23.793

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

10. Outros créditos e direitos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Outras duplicatas a receber (i)	-	41.323
Adiantamentos a funcionários	-	1.188
Adiantamentos a fornecedores (ii)	3	23.941
Despesas antecipadas	108	644
<i>Impairment</i> de outras duplicatas a receber	-	(689)
Saldo final	111	66.407

- (i) Referem-se a contas a receber de devoluções de mercadorias a fornecedores e acordos comerciais.
- (ii) Referem-se a adiantamento a fornecedores relacionados ao processo de expansão da Companhia.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Investimentos	1.362.699	-	83
Total	1.362.699	-	83

A Sociedade adquiriu 146.568.833 ações ordinárias da empresa Atakarejo, pelo montante de R\$634.310 (seiscentos e trinta e quatro milhões, trezentos e dez mil reais), integralizados em 30 de novembro de 2023, totalizando 60% de participação na Empresa. A aquisição total foi de R\$1.350 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais). O restante no valor de R\$715.000 (setecentos e quinze milhões de reais) será inegralizado no período de 2024 a 2027, atualizado com base na variação do CDI + 2% a.a.

	Controladora
	31/12/2023
Investimento – Atakarejo	489.984
Demais ativos	342.855
Passivos contingentes	(53.400)
Ágio sobre o investimento	569.856
	1.349.295
Equivalência patrimonial	13.405
Total de investimentos	1.362.699

a) Teste de *Impairment* do ágio

Com a aquisição da empresa Atakarejo, foi realizado teste de *impairment sobre o ágio*, por meio de modelagem econômico-financeira que contemplou premissas macroeconômicas, estratégicas e

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

operacionais conservadoras de longo prazo – inflação anual de 3,5% de 2029 em diante, CDI de 9,5% e desvalorização cambial de 5% a.a.; taxa de desconto de 17,27%, crescimento de vendas nas mesmas lojas alinhado à inflação de 3,5% a.a. e manutenção das premissas operacionais atuais. Para a expansão, consideramos um cenário pessimista, de abertura de menos lojas que o projetado.

Mesmo a partir de premissas conservadoras, obtivemos um excesso de valor recuperável significativo, o que indica que não há evidência objetiva de desvalorização dos ativos.

12. Intangível

	31/12/2022	Adições	Amortização	Consolidado 31/12/2023
Mais Valia	-	216.360	(398)	215.962
Ágio	-	569.856	-	569.856
Outros	-	3.313	-	3.313
Total	-	789.529	(398)	789.131

13. Imobilizado

	31/12/2022	Aquisição na combinação de negócios (30/11/2023)	Aquisição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Computadores e periféricos	-	2.861	369	-	-	(167)	3.063
Máquinas, equipamentos e utensílios	-	71.851	1.492	-	-	(1.662)	71.681
Benfeitorias e Edificações	-	534.356	-	-	30.753	(3.929)	561.180
Instrumentos, móveis e utensílios	-	16.861	1.808	-	-	(294)	18.375
Instalações	-	5.088	28	-	-	(114)	5.002
Veículos	-	695	-	-	-	(3)	692
Obras e importações em andamento	-	106.908	17.610	-	(30.753)	-	93.765
Mais valia	-	73.800	-	-	-	(307)	73.493
	-	812.420	21.307	-	-	(6.476)	827.251

O montante de R\$ 30.753 é referente a transferência dos valores de obras em andamento correspondentes a loja de Jequié inaugurada no mês de novembro de 2023.

As adições líquidas de ativo imobilizado referentes a construção de novas lojas, representaram R\$ 21.268.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. Arrendamentos

O balanço patrimonial consolidado contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Ativos de direito de uso	<u>31/12/2023</u>
Terrenos	110.221
Edificações	<u>457.951</u>
Saldo final	<u>568.172</u>

Passivo de arrendamento	<u>31/12/2023</u>
Circulante	14.371
Não Circulante	<u>608.692</u>
Saldo final	<u>623.063</u>

Os contratos de arrendamento são referentes ao direito de ocupação de lojas de atacado e varejo, centros de distribuição e terrenos destinados a construção de novas lojas.

Não houve adições aos ativos de direito de uso durante o exercício de 2023. Os valores apresentados na tabela acima são líquidos de depreciação.

Em 09 de outubro de 2023 foram celebrados aditamentos contratuais para ajuste do prazo de arrendamento de 40 (quarenta) para 20 (vinte) anos.

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

	<u>31/12/2023</u>
Encargo de depreciação (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação)	
Terrenos	(510)
Edificações	(1.856)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	(4.799)
Despesas de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em operacionais)	<u>(1.238)</u>
	<u>(8.403)</u>

Os pagamentos de arrendamentos, em 2023, juntamente com os juros, totalizaram R\$ 5.911. A Controlada utiliza o índice de reajuste anual com base no IGP-M (FGV) para atualização de seus contratos de aluguéis.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

	<u>31/12/2023</u>
Saldo adquirido na combinação de negócios	<u>291.298</u>
Remensuração anos anteriores	17.819
Adição de novos contratos	-
Encerramento de Contrato	-
Remensuração	315.040
Pagamento de principal	(1.094)
Pagamento de juros	(4.799)
Juros incorridos	4.799
Saldo dos passivos de arrendamento	<u><u>623.063</u></u>

A Companhia apresenta no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento.

Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>2023</u>
Menos de 1 ano	14.371
Entre 1 e 2 anos	49.873
Entre 2 e 5 anos	86.256
Acima de 5 anos	472.563
	<u><u>623.063</u></u>

Ativos de direito de uso

A movimentação dos saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>31/12/2023</u>
Ativo	
Saldo adquirido em combinação de negócios	<u>242.827</u>
Remensuração anos anteriores	12.671
Adição de novos contratos	-
Encerramento de Contrato	-
Remensuração	315.040
Despesa de amortização	(2.366)
Saldo de Direito de uso	<u><u>568.172</u></u>

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	2023	
	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a Valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	806.252	565.430
PIS/COFINS potencial (9,25%)	82.180	57.633
	<u>888.432</u>	<u>623.063</u>

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de mercadorias	-	-	466.675
Fornecedores de serviços	162	2.715	8.681
Saldo final	162	2.715	475.356

A Companhia e sua controlada não realizam operações de risco sacado.

16. Debêntures

Em 9 de maio de 2019, a Controlada realizou a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$ 80.000, com prazo de amortização de seis anos em parcelas quadrimestrais de R\$ 4.000 a partir de 09 de agosto de 2020. As Debêntures incluem opção de resgate pelo emissor, a partir da data de emissão e remuneram juros anuais de 1,85% mais CDI. Em 28 de novembro de 2023 a Companhia optou pelo resgate antecipado de 100% do saldo das debêntures, com dispensa de cobrança de prêmio do resgate antecipado facultativo conforme Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 24 de novembro de 2023.

Em 15 de março de 2021 e 18 de março de 2022, a Companhia realizou a 2ª emissão e 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, nos valores de R\$ 110.000 e R\$ 140.000, respectivamente, com prazos de amortização de 7 anos, em parcelas trimestrais de R\$ 4.400 e R\$ 6.087, a partir de doze e dezoito meses de cada emissão. As Debêntures incluem opção de resgate pelo emissor e remuneram juros anuais de 2,50% e 2,58% mais CDI. Em 20 de dezembro de 2023, a Companhia formalizou a opção de resgate facultativo do saldo devedor da 2ª e 3ª debêntures, quitando-as integralmente em 02 de janeiro de 2024, conforme Aviso de pagamento aos debenturistas emitido naquela data, dessa forma, o valor total da obrigação a pagar em 31 de dezembro de 2023 está apresentada como passivo circulante.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Consolidado		
Moeda nacional	Encargos financeiros – média A.A.	2023
Debêntures – 1ª e 2ª emissão	2,50% a 2,58% +CDI	204.982
		204.982
Parcela circulante		204.982

A controlada possui cláusulas de *covenants* financeiros nas escrituras das debêntures, independentemente de ter optado pelo resgate facultativo desses instrumentos, cumpriu com todas suas obrigações em 31 de dezembro de 2023.

17. Aquisição de Investimentos

A Controladora possui uma dívida com os acionistas da Atakarejo em função da aquisição da participação acionária de 60% da investida (nota 08).

	31/12/2023
Investimentos a pagar (CDI + 2% a.a)	723.218
Valor a pagar do investimento	723.218
Parcela circulante	228.064
Parcela não circulante	495.154

18. Empréstimos e financiamentos

Consolidado		
Moeda nacional	Encargos financeiros – média A.A.	2023
Banco do Nordeste (i)	1,45% a 5,69% + IPCA	228.725
CCBs (ii)	2,34% + CDI	52.688
		281.411
Parcela circulante		85.219
Parcela não circulante		196.192

Em 17 de janeiro de 2023, Companhia contratou Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco do Nordeste do Brasil no valor de R\$ 68.254 com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para financiamento do seu projeto de expansão (novas lojas), com juros de 5,69% a.a. mais variação do IPCA, sujeito a um bônus de adimplência de 15% de abatimento, cobrados trimestralmente até o término da carência (entre 29/06/2023 até 15/07/2026) e posteriormente, de forma mensal, juntamente com a amortização do principal, em série de pagamentos em parcelas crescentes

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

até 15/07/2032. Em 21 de setembro de 2023 houve a liberação de duas tranches relacionadas a nova CCB contratada, nos valores de R\$ 40.932.

(i). Referem-se a contratações de CCBs junto ao Banco do Nordeste do Brasil com recursos do FNE com garantias de imóveis, avais de sócios e de empresa ligada, com prazos de vencimento de oito anos, sujeitos a bônus de adimplência de 15% sobre os juros incidentes.

(ii). Referem-se a contratação de (1.) Cédula de Crédito bancário com vencimento em 13/11/2024, com amortizações em 48 parcelas mensais, após cumprimento de carência de 13 meses, a partir de seu desembolso, e (2.) Cédula de Crédito bancário com vencimento em 03/12/2027, com amortizações em 25 parcelas trimestrais, após cumprimento de carência de 1 ano, a partir de seu desembolso, ambas com garantia de aval de sócios e de empresa ligada.

A controlada possui em seus contratos de empréstimos cláusulas de covenants e todos foram cumpridos em suas datas de apuração até 31 de dezembro de 2023.

a) Agenda de pagamentos

O saldo do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2023</u>
2025	34.652
2026	34.875
2027	35.386
2028	38.323
2029 em diante	52.956
	<u><u>196.192</u></u>

Movimentação do período (Empréstimos e Debentures)

	<u>2023</u>
Saldo adquirido em combinação de negócios	507.623
Juros Incorridos	5.325
Juros Pagos	(9.929)
Amortizações	(16.625)
Saldo no fim do exercício	486.394
	<u><u>486.394</u></u>
Circulante	290.202
Não Circulante	196.192

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

19. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
IRRF Sobre Folha De Pagamento	105	74	105
INSS e FGTS a recolher	96	59	5.557
Provisão De Férias	21	-	17.452
Provisão De Bônus	6.541	-	6.541
Outros	-	-	14.032
Total	6.763	133	43.687

A provisão de bônus foi realizada conforme cenário conservador, a partir de estimativa de atingimento máximo de metas pelos colaboradores elegíveis, conforme política vigente. A apuração final das metas é feita ao longo do exercício seguinte, com possível estorno de provisão em caso de pagamento a menor. A linha de “Outros” é composta pelos valores de rescisão, pensão, participação nos lucros e seguro de vida.

20. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
ICMS a recolher	-	-	28.777
IRPJ a pagar	-	-	2.957
CSLL a recolher	-	-	2.175
Contribuições Federais Retidas - Pcc	562	-	562
Outros	192	79	12.714
	754	79	47.185
Parcela circulante	754	79	36.614
Parcela não circulante	-	-	10.571

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

21. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

Controladora	<u>Despesa</u>	<u>Despesa</u>
	2023	2022
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	(13.768)	(997)
Total	(13.768)	(997)

Compromisso com parte relacionada

Em 01 de setembro de 2022, a Controladora Omega celebrou contrato com a parte relacionada Gestão e Transformação Consultoria S.A., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, referente prestação de serviços de assessoria e consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

O presente contrato celebrado tem vigência de 04 (quatro) meses, contados a partir da data da assinatura, com previsão de término em 31 de dezembro de 2022.

Em 02 de janeiro de 2023, o presente contrato foi prorrogado por mais 12 meses, com previsão de término para 31 de dezembro de 2023.

Conforme previsto foi encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Consolidado

	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Empréstimos com sócios		
Mútuo	-	-
Aluguéis (i)		
Damrak do Brasil Participações e Empreend.	3.607	4.076
VG Empreendimentos Imobiliários Com. SPE Eireli	1.185	171
DC Patrimonial Ltda	151	1.103
Total	4.943	5.350

- (i) A Companhia possui transações com partes relacionadas referente a contratos de arrendamento de lojas. Os pagamentos de arrendamento são realizados considerando o aluguel mínimo ou os percentuais do faturamento que variam de 1,0% a 1,7%.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

a) Movimentação dos empréstimos com partes relacionadas

	2023
Saldo adquirido em combinação de negócios	208.251
Entrada de recursos	-
Juros incorridos	-
Pagamentos	
Principal	(158.280)
Juros	(49.971)
	-

Em 01 de dezembro de 2023, a Companhia decidiu pré-pagar 100% dos seus saldos de contratos de mútuo. Esses contratos eram reajustados mensalmente à taxas entre 0,30733% a 1,145% ao mês e possuíam prazo de vencimento em 36 meses.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$5.880, sendo que, o montante de R\$1.3672 foi pago para os administradores da controlada e o restante para os administradores da controladora

22. Outros Passivos

	Consolidado
	31/12/2023
Concessionária de energia elétrica	1.076
Marketing e publicidade	2.320
Contas a pagar - Obras em andamento	26.194
Outras Obrigações (i)	11.405
IPTU a Pagar (ii)	11.080
Passivo circulante	52.075
Outras Obrigações (i)	11.673
Passivo não circulante	63.748

- (i) Corresponde à valores de adiantamento de clientes (R\$ 1.827), manutenção e conservação (R\$ 2.524), assessoria e consultoria (R\$ 1.266) e o saldo do Acordo TAC (Curto prazo – R\$ 6.660, Longo prazo R\$ 11.673).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022 correspondia a valores a pagar de IPTU decorrentes de discussões administrativas ou judiciais com base no questionamento dos valores definidos como imposto a pagar segundo estimativas de valor venal dos imóveis apresentadas pela Prefeitura Municipal de Salvador. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo apresentado corresponde aos valores a pagar de IPTU segundo adesão ao Programa de Pagamento Incentivados de Débitos (PPI) do Município de Salvador ocorrida em 29 de dezembro de 2023 e com posterior quitação em 10 de janeiro de 2024. Os valores consignados no balanço

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

de 31 de dezembro de 2023 consideram os benefícios de redução de 100% de multa e juros incidentes conforme previsto nos termos de liquidação em parcela única segundo o Decreto nº 37.862 da Prefeitura Municipal de Salvador de 30 de novembro de 2023 que regulamentou a matéria.

Termo de Ajustamento de Conduta – (TAC)

Em 11 de setembro 2023, foi firmado um Termo de Ajustamento de conduta, de prazo determinado de 3 (três anos), entre a Companhia e MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NA BAHIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e Associações civis sem fins lucrativos, devidamente homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região em 15 de setembro de 2023, e assim as partes deram por resolvidos, de forma integral e definitiva, os litígios instaurados com a propositura das Ações Civis Públicas e Procedimento Administrativo instaurado pelo Ministério Público do Estado da Bahia. A composição estabeleceu determinadas obrigações à Companhia, basicamente relacionadas à implementação ou aperfeiçoamento de boas práticas e mecanismos que visam contribuir com o combate ao racismo estrutural na sociedade brasileira, o maior engajamento na implementação da diversidade em seus quadros e o firme, e incessante combate ao racismo no ambiente empresarial, além de uma contrapartida financeira no total de R\$ 20 milhões, a serem desembolsados em 36 parcelas fixas e mensais de R\$ 555 mil a partir de outubro de 2023, em favor do Fundo de Promoção do Trabalho Decente (FUNTRAD). A despesa relacionada a esse assunto está registrada na rubrica de Indenização trabalhista, com contrapartida ao passivo de outros passivos.

Neste documento a Companhia ratifica seus compromissos com seus valores e iniciativas inclusivas, voltadas para a redução das desigualdades, violação de direitos de pessoas negras, mulheres, indígenas, pessoas idosas, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos socialmente sub-representações, ao longo de toda sua história de atividade empresarial, com foco na geração de emprego e renda e contribuição à redução do custo de vida da população e diminuição da desigualdade social em suas praças de atuação.

23. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada apresentava os seguintes passivos provisionados e depósitos judiciais correspondentes, relacionados às contingências:

a) Contingências passivas

	Consolidado
	31/12/2023
Cíveis (ii)	11.711
Trabalhistas (ii)	7.505
Tributárias (i)	1.592
	20.808

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

b) Depósitos e bloqueios judiciais

	Consolidado
	31/12/2023
Tributárias	10.198
Trabalhistas (ii)	4.018
Cíveis (ii)	1.132
	15.348

A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona as contingências para as quais estima que um futuro desembolso de caixa é provável.

(i) Tributárias

Correspondem a depósitos de ações relacionadas a processos que questionam a legalidade da cobrança de impostos e contribuições.

(ii) Trabalhistas e cíveis

Correspondem a depósitos no valor de R\$ 4.018 em 31 de dezembro de 2023 e consistem, em parcelas de verbas rescisórias vinculadas a valores equivalentes a processos trabalhistas supostamente devidas a ex-empregados.

Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a processos cíveis que buscam supostas indenizações por falhas na relação de consumo. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em “Despesas com vendas, gerais e administrativas”.

c) Movimentação das provisões para contingências

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	31/12/2023
Saldo adquirido em combinação de negócio	20.857
Adições	524
Baixas	-
Reversões	(683)
Atualizações e juros	110
Saldo final em 31 de dezembro	20.808

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, existem causas possíveis assim distribuídas: (i). Cíveis no montante de R\$ 7.246; (ii). Trabalhistas no montante de R\$ 5.738 e (iii). Tributárias no montante de R\$ 55.203, que considerando a avaliação de suas perspectivas de êxito, não compõem o saldo de provisão para contingências.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da Companhia foi constituído em 04 de maio de 2022 com a importância de R\$ 100,00 (cem reais). Em 06 de outubro de 2022, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$3.372 (três milhões, trezentos e setenta e dois mil e duzentos e sessenta reais). Com isso, o saldo do capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 3.372 (três milhões, trezentos e setenta e dois mil e trezentos e sessenta reais), representado por 3.372.360 (três milhões, trezentos e setenta e dois mil e trezentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$3.372 (três milhões, trezentos e setenta e dois mil e duzentos e sessenta reais) para R\$6.172 (seis milhões cento e setenta e dois mil trezentos e sessenta reais), totalizando um aumento de R\$2.800 (dois milhões e oitocentos mil reais), mediante a emissão de 2.800.000 (duas milhões e oitocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais as existentes. Totalizando

Em 03 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$9.230 (nove milhões duzentas e trinta mil quatrocentas e quarenta e oito reais), mediante a emissão de 9.230.448 (nove milhões duzentas e trinta mil quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais aos já existentes dos atuais totalizando R\$ 15.402 (quinze milhões quatrocentas e dois mil oitocentas e oito reais), representado por 15.402 (quinze milhões quatrocentas e duas mil oitocentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de julho de 2023, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$3.580 (três milhões quinhentos e oitenta mil reais), mediante a emissão de 3.580.000 (três milhões quinhentas e oitenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais aos já existentes. totalizando R\$18.983 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e dois mil oitocentas e oito reais) dividido em 18.982.808 (dezoito milhões novecentas e oitenta e duas mil oitocentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 23 de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 654.800 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões e oitocentos mil reais), mediante a emissão de 654.800.000 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões e oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, totalizando R\$673.782.808 (seiscentos e setenta e três milhões, setecentos e oitenta e dois mil oitocentos e oito reais) dividido em 673.782.808 (seiscentos e setenta e três milhões, setecentas e oitenta e duas mil oitocentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais as já existentes, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 – Lucro por ação.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações do exercício - conforme média ponderada	86.058.666	1.389.371
Prejuízo do exercício	(25.350)	(5.470)
Total	(0,29)	(3,94)

25. Receita líquida de vendas

	Consolidado
	31/12/2023
Receita bruta de vendas	467.925
Receitas serviços financeiros	(111)
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	(61.303)
Vendas canceladas	(507)
	406.004

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Despesas com salários	11.391	1.211	28.415
Encargos Sociais	2.433	210	2.433
Benefícios	354	106	354
Despesas com Serviços de Terceiros	18.875	3.960	23.027
Despesas com Viagens e Representações	276	7	1.218
Despesa com manutenção	39	-	3.412
Publicidade com Eventos e Promoções	10	-	22
Depreciação e amortização	707	-	8.922
Depreciação dos ativos de direito de uso	-	-	42
Taxa de administração de cartão	-	-	1
Outras Despesas Administrativas	58	67	21.351
Total	34.143	5.561	89.197

27. Outras receitas e (despesas) operacionais

	Consolidado
	31/12/2023
Outras receitas (i)	6.754
	6.754

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- (i) A conta de Outras Receitas refere-se a Receita Cobrança de Descarga, valor cobrado referente ao serviço de descarga de mercadorias; venda de sucata e recuperação de impostos.

28. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	3.222	103	7.302
Outras receitas financeiras	-	-	53
Antecipação de títulos	-	-	1.985
Ajuste a valor presente (reversão)	-	-	(1.480)
Tributos sobre a receita financeira	-	-	(283)
Descontos obtidos	1	-	1
	3.223	103	7.578
Despesas financeiras			
Juros	(7.528)	-	(12.853)
Despesas de Juros de empréstimos	-	-	(4.290)
Outras despesas	-	-	(1.736)
Despesas de Juros com partes relacionadas	-	-	-
Tarifa bancária e despesas bancárias	(28)	(1)	(648)
	(7.556)	(1)	(19.527)
Total	(4.333)	102	(11.949)

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

29. Imposto de renda e contribuição social

Corrente	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(25.350)	(5.470)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	8.619	1.860
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Outros	-	55
	8.619	1.805
Diferido	31/12/2023	31/12/2022
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal do período	(8.619)	(1.805)
IRPJ ativo diferido	6.337	1.327
CSLL ativo diferido	2.282	478
Total ativo fiscal diferido	8.619	1.805

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade tributária, por se tratar de uma holding, cujo resultado será formado substancialmente pelo resultado de equivalência patrimonial.

30. Transações que não afetam caixa

Durante 2023, a Companhia teve transações que não representam desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações de Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

	Consolidado
	31/12/2023
Remensuração de contratos de IFRS 16	315.040
Remensuração de contratos de IFRS 16 anos anteriores	(5.148)
Baixa de contratos de IFRS 16	-

Private Equity Holding VII – Omega S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

31. Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Estoques / imobilizado	Incêndio, queda de raios ou explosão	1.403.954
Estoques / imobilizado	Despesas físicas básicas	303.328
Estoques / imobilizado	Outras coberturas	162.837

32. Eventos subsequentes

Em 03 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 244.000 (duzentos e quarenta e quatro milhões), mediante a emissão de 244.000.000 (duzentos e quarenta e quatro milhões) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 917.782.808 (novecentos e dezessete milhões, setecentos e oitenta e dois mil e oitocentos e oito reais) dividido em 917.782.808 (novecentos e dezessete milhões, setecentas e oitenta e duas mil e oitocentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo iguais as já existentes, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

* * *

Diretoria

Sílvio Pedra Cruz Junior
Diretor Presidente

Flávio Fonseca Borges
Diretor Financeiro

Contabilidade

Renata Melloni
Contador CRC SP 1SP284533/O-5